

PÁG 2 GSF é aprovado no Senado

PÁG 5 Sexta-Livre: EPE apresenta as atividades desenvolvidas no mercado de energia

PÁG 7 CCEE dá continuidade às discussões de segurança de mercado

PÁG 9 Abraceel Explica: Como tramita um projeto de lei

PÁG 10 Curtas

PÁG 14 Próxima semana



GSF é aprovado no Senado

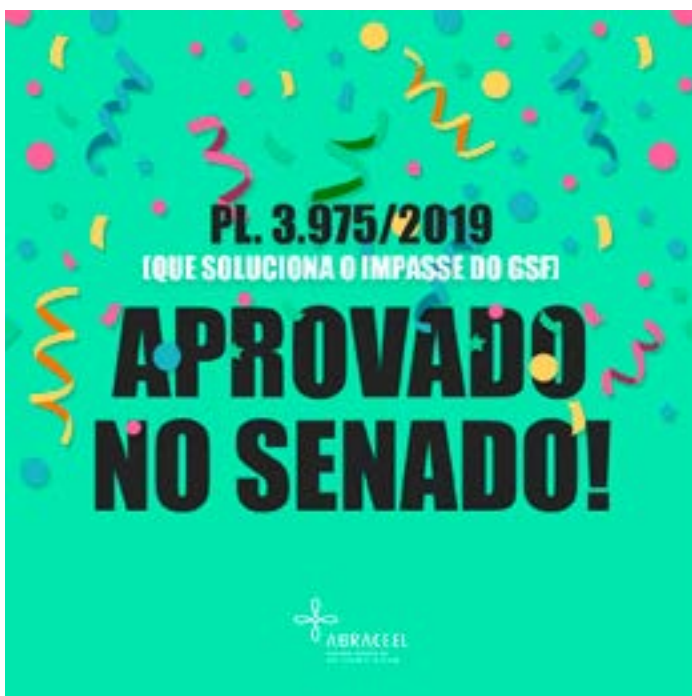
Matéria em 1 minuto:

Senador Eduardo Braga rejeita emenda aprovada na Câmara;
Prazo de 15 dias úteis para a sanção.



Tempo de leitura:
2 minutos

Aguardando deliberação em Plenário desde março deste ano, na última quinta-feira, 13.08, o Senado aprovou o projeto que soluciona o impasse do GSF em votação virtual e simbólica. Lembramos que o início da solução Legislativa do GSF começou com o PLS 209/2015, aprovado no Senado e ingressando na Câmara como PL 10.985/2018. Quando no Plenário da Câmara, o projeto foi aprovado com uma emenda sobre a alteração das receitas oriundas da comercialização do excedente em óleo da União, no regime de partilha de produção.



Coube ao Senado dar a palavra final exclusivamente sobre esse item modificado na Câmara. O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM) rejeitou a emenda e fez um ajuste na redação, que pode ser conferido no link <https://bit.ly/31Q1OSd>.

Embora não esteja disponível o documento que consolida a redação final do projeto, o conteúdo que irá à sanção será:

- (i) A redação que consta no link a seguir: <https://bit.ly/30VslOy>;
- (ii) acrescida da emenda de redação aprovada ontem no link: <https://bit.ly/31Q1OSd>

A matéria seguirá para sanção, cujo prazo é de 15 dias úteis a partir da chegada do projeto no Planalto. No link a seguir é possível acompanhar as matérias que aguardam sanção presidencial: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-aguardando-sancao>

Relembre toda a tramitação do GSF no Legislativo no infográfico a seguir:



1 Senado Federal - PLS 209/2015

- **CCJ** - Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça.....aprovado em 16.12.15
- **CI** - Comissão de Serviços de Infraestrutura.....aprovado em 31.10.18
- **Plenário**.....aprovado em 07.11.18

2 Câmara dos Deputados - PL 10.985/2018

- O projeto é despachado para as seguintes comissões:
 - CDC** Comissão de Defesa do Consumidor
 - CME** Comissão de Minas e Energia
 - CFT** Comissão de Finanças e Tributação
 - CCJ** Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça
- No dia 27.11.2018 é apresentado um requerimento de urgência
- O deputado João Carlos Bacelar (PL/BA) é designado relator do projeto em Plenário, permanecendo com a redação que veio do Senado.
- **O projeto é aprovado em Plenário no dia 26.06.2019**

Entretanto, foi aprovada emenda do PDT, que dispõe sobre a alteração da receita advinda da comercialização do petróleo e gás natural, que passará a ter a seguinte destinação:

- 30% ao Fundo Social;
- 20% ao Brasduto;
- 20% para saúde e educação; e
- 30% ao Fundo de participação a estados e municípios.

3 Senado Federal

- Como essa alteração foi aprovada, o PL 10.985/2018 retorna ao Senado. Cabe aos senadores decidirem se acatam a modificação da Câmara ou permanecem com a versão anteriormente aprovada.

4 Sanção Presidencial

- Cabe ao presidente sancionar o texto, podendo vetar dispositivos do projeto aprovado.



E acompanhe os próximos passos do tema:

MARCOS REGULATÓRIOS | PL. 3.975/2019 (GSF)

Compensação do Gerador mediante extensão da outorga

- 1 APROVAÇÃO DA LEI**
- 2 EM ATÉ 90 DIAS:** Publicação das regras pela Aneel, passando por Audiência Pública
- 3 EM ATÉ 30 DIAS:** Publicação do cálculo de retroação
- 4 EM ATÉ 60 DIAS:** Adesão do gerador, desde que tenha desistido da ação judicial (ou renunciado a pretensão de judicializar) e não repactuado o risco hidrológico

É o fim do atrasômetro do GSF!

Sexta Livre: EPE apresenta as atividades desenvolvidas no mercado de energia

Matéria em 1 minuto:

Sexta-livre debate com o presidente da EPE, Thiago Barral a agenda do mercado;

EPE está trabalhando com o cenário de avanço do PLS 232, preparando-se para colocar em prática tudo o que está disposto no projeto;

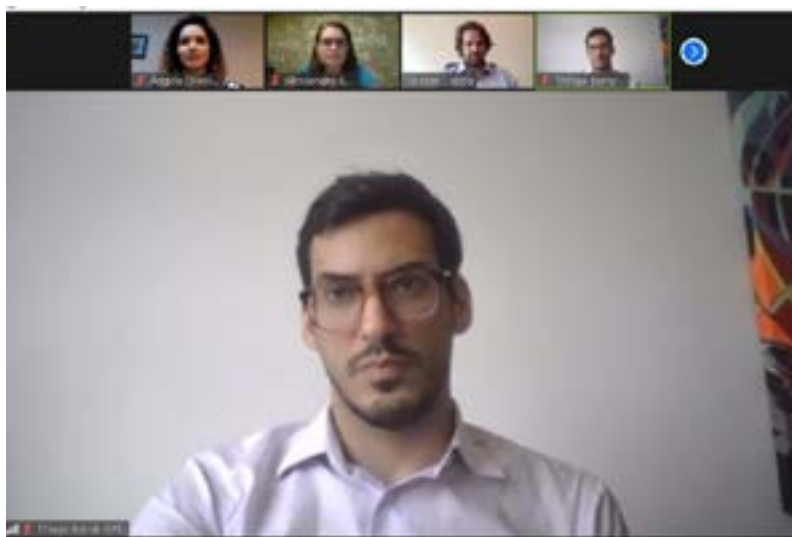
Descontratação da energia de Itaipu, bem como as alternativas da inserção dessa energia no SEB, estão sendo estudadas em um grupo de trabalho do governo, no qual a EPE está envolvida;



Tempo de leitura:
2 minutos

Hoje, em mais uma edição da Sexta-Livre, discutimos com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética Brasileira (EPE), Thiago Barral, as principais atividades do setor elétrico que estão sendo desenvolvidas pela EPE.

Iniciando o evento, Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Abraceel, agradeceu a presença e prestatividade do presidente da EPE, e o questionou sobre as perspectivas de avanço da abertura do mercado de energia elétrica, frente aos últimos avanços ocorridos no setor, como por exemplo a aprovação do PL do GSF.



Em resposta, Barral entende que a abertura deve acontecer em breve, porém, deve ser bem estruturada, de modo a não gerar subsídio cruzado no setor. Apesar de haver medidas que possam ser tomadas por via infralegal, há questões que precisam ser resolvidas legalmente, como por exemplo, a separação lastro e energia. Adicionalmente, a EPE está trabalhando com o cenário de avanço do PLS 232, preparando-se para colocar em prática tudo o que está disposto no projeto.

Em seguida, Barral comentou que a descontratação da energia de Itaipu, bem como as alternativas da inserção dessa energia no SEB, estão sendo estudadas em um grupo de trabalho do governo, no qual a EPE está envolvida, porém, o assunto é sensível e não pode abrir detalhes.

Barral destacou a importância dos estudos de planejamento energético realizados pela EPE, que proporcionam ao setor previsibilidade, confiabilidade e transparência, podendo assim servir de base para as políticas públicas e para o desenho de mercado brasileiro. Além disso, Barral destacou que esses estudos são de caráter indicativo, diferentemente do que foi proposto no Código de Energia, o qual o deputado Lafayette é o relator.

Em relação ao PDE 2029, os números de expansão da geração distribuída foram questionados. Barral explicou que o cenário utilizado para o estudo considerou alterações regulatórias da REN 482 e a entrada da tarifa binômica, assim a perspectiva de expansão seria inferior. Já no PDE 2030, é considerada a possibilidade de não ocorrer mudança regulatória considerável nas regras que regem a GD, com isso a previsão de expansão é maior. Adicionalmente, barral entende que as discussões da possibilidade de venda de excedentes de GD devem ser retomadas, pois são empreendimentos com grande aptidão em participar do mercado livre.

Outro questionamento levantado pelos associados, se trata da falta de previsibilidade de demanda dos consumidores cativos, um dos fatores que contribui com a sobrecontratação de energia das distribuidoras. A EPE entende que a solução seria de fato realizar a abertura do mercado, separando o fio e a energia, onde assim o consumidor contrataria previamente a quantidade de energia desejada, tendo a opção de diferentes produtos que o comercializador poderá oferecer, com diferentes níveis de riscos.

Por fim, mais uma vez Reginaldo Medeiros agradeceu a presença do Thiago Barral, e informou que a Abraceel está elaborando um estudo em parceria com a Thymos sobre a abertura do mercado de energia, e em breve irá apresentar a EPE.



CCEE dá continuidade às discussões de segurança de mercado com a Abraceel

Matéria em 1 minuto:

No dia 21.08, às 10h, a conselheira Roseane Santos apresentará as propostas aos associados na Sexta Livre;

CCEE desistiu da proposta de chamada de margem semanal apresentada no ano passado;

CCEE está trabalhando em três notas técnicas: i) segurança de mercado (duplo clique); ii) garantias para o MVE, e iii) avaliação de riscos;

Previsão da Câmara é apresentar as duas últimas notas técnicas no dia 21.08, bem como os principais tópicos da primeira.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Diretoria Executiva e Conselho da Abraceel se reuniram, no dia 10.08, com os conselheiros da CCEE Rui Altieri e Roseane Santos, e Madalena Porangaba, Gerente Executiva Jurídica, também presente, para discutir o andamento das propostas da Câmara para o aprimoramento da segurança do mercado livre com os conselheiros. Segundo a CCEE, o encontro foi uma continuidade da reunião que aconteceu no início de julho com a diretoria da Abraceel, com objetivo de apresentar propostas alinhadas com as necessidades do mercado, com amplo diálogo entre os agentes, antes do encaminhamento à Aneel (detalhes da reunião na edição de 03.07 do Relatório Semanal, matéria “CCEE apresenta à Abraceel propostas para aprimorar a segurança do mercado livre” - <https://bit.ly/3iD9f67>).





A Câmara traçou estratégias de curto, médio e longo prazos para a segurança do mercado e está trabalhando em três notas técnicas para debater com os agentes o tema, contendo: (i) critérios de participação no mercado; (ii) garantias para o MVE; e (iii) tipificação de condutas atípicas e sanções, duplo flag e novos critérios CVaR e stress test.

Em relação à primeira nota técnica, será feito um aditamento no documento que já está na relatoria do Diretor Efrain Cruz, retirando a proposta de chamada de margem, permanecendo em avaliação os critérios de entrada, manutenção e saída. Na segunda nota técnica, a CCEE pretende implementar as garantias para o MVE. Já em relação à terceira, sobre avaliação de riscos, a Câmara irá colocar em processos administrativos mais estruturados a tipificação de condutas atípicas, como operações fraudulentas e manipulação de informações, definindo sanções gradativas. Também criará incentivos para registro antecipado de portfólio e novos critérios CVaR e Stress Test.

A previsão da conselheira Roseane Santos é entregar as duas primeiras notas técnicas no dia 21.08, bem como os pontos principais da terceira, para poder dialogar com o mercado. Também foi enfatizado pela Câmara que as decisões serão tomadas após amplo diálogo com os agentes.

Segurança de mercado é uma das quatro bandeiras da Abraceel e, por isso, no dia 21, às 10h, a conselheira Roseane Santos será a convidada da Sexta Livre para debater o tema e expor as propostas aos associados.

Como tramita um projeto de lei

Nós já te explicamos sobre a tramitação de alguns projetos de interesse do setor, como o PLS 232/2016 e o PL 1917/2015 (ambos sobre a portabilidade da conta de luz), o PL 6.407/2013 (nova lei do gás) e o PL 3.975/2019 (GSF).

Hoje, a #AbraceelExplica como que funciona a tramitação ordinária de um projeto de lei no Congresso Nacional. Confira!

SE O PROJETO PARTIR DE UM SENADOR OU COMISSÃO DO SENADO:
SENADO = CASA INICIADORA
CÂMARA = CASA REVISORA



SE O PROJETO PARTIR DE UM DEPUTADO, COMISSÃO DA CÂMARA, PODER EXECUTIVO, INICIATIVA POPULAR OU DOS TRIBUNAIS SUPERIORES:
CÂMARA = CASA INICIADORA
SENADO = CASA REVISORA

1. O projeto é apresentado na casa iniciadora e é distribuído para as comissões



2. O projeto é enviado para a casa revisora e é distribuído para as comissões



3. O projeto é enviado para a presidência da república, onde pode ser:





CURTAS

Diretoria Executiva realiza reuniões de planejamento com as associadas

Dando continuidade às reuniões de planejamento estratégico com as associadas, durante a semana a Diretoria Executiva teve reuniões com as empresas Bolt, Boven, BP, Brasil Energia, Cargill, Cemig, Central, Desttra, Eneva, Geramamoré, Hydro, Infinity, Norte Energia, Safira, Santo Antonio, Shell, Simple, SO-Lenergias, Stima e Tesla.

Abraceel participa do 5º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste

Reginaldo Medeiros participou, como moderador, do 5º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste, promovido pela associada BC Energia. Participaram como palestrantes o diretor geral da Aneel, André Pepitone, o diretor geral do ONS, Luiz Ciocchi, Rui Altieri, presidente da CCEE, e Thiago Barral, presidente da EPE. Na ocasião, foram abordados os assuntos mais atuais do setor elétrico brasileiro, como a operação no horizonte de cinco anos, expectativa de carga, segurança do mercado e abertura do mercado.

Relatório ICMS - julho

O relatório de alterações do ICMS referentes ao mês de julho, elaborado pelo escritório Julião Coelho, está disponível na área restrita do site da Abraceel, em "Documentos Gerais".

Transportadoras de gás apresentam novos produtos

No dia 10.08, a Coordenação do Fórum do Gás se reuniu com a Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás) e seus associados, para tratar da adaptação dos contratos de transporte frente às diretrizes do Novo Mercado de Gás e assuntos relacionados ao andamento do PL 6.407/13. Inicialmente, a TBG apresentou seu cronograma de ofertas de produtos já com a previsão dos produtos de curto prazo lançados recentemente pela transportadora, com possibilidade de contratos diários, mensais e trimestrais. Em seguida, a NTS informou que a próxima chamada pública para contratação de capacidade deve ocorrer apenas no final de 2021. Não obstante, serão ofertados no 4º trimestre de 2020 e ao longo de 2021 produtos interruptíveis como solução de transição, os quais já tem capacidade e tarifas estipuladas restando apenas aprovação da ANP. Por fim, a TAG informou que a sua malha de gasoduto também possui oportunidade de ofertar produtos de curto prazo, via o modelo de entradas e saídas, podendo ser interruptíveis ou não, porém, ainda sem data de lançamento. A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, em "Apresentações Exclusivas".

Mercado livre de gás em São Paulo

No dia 08.08, a Arsesp abriu a consulta pública 10, para discutir as regras para prestação do serviço de gás para usuários livres, condições para autorização do comercializador e



CURTAS

medidas para fomentar o mercado livre de gás em São Paulo. Foi disponibilizada uma minuta de deliberação para contribuição dos agentes, na qual foram inclusos pleitos defendidos pela Abraceel em reuniões e consultas públicas anteriores, tais como: (i) exclusão do limite mínimo de consumo aos usuários livres; (ii) detalhamento da definição do consumidor parcialmente livre; e (iii) cessão de excedentes. Em breve será agendado uma videoconferência do Grupo Técnico da Abraceel para discussão das propostas. O prazo para envio de contribuições se encerra em 28.08. A minuta de deliberação está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.

Ministério da economia defende aprovação do PL do gás

A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) do Ministério da Economia produziu Nota Técnica, na qual analisa as principais possibilidades de aprimoramento regulatório do substitutivo ao PL 6.407/13, aprovado na comissão de minas e energia (CME) da Câmara dos Deputados em outubro de 2019. Na avaliação do Ministério, o PL contém propostas que favorecem a redução de preços ao consumidor, aumento de investimentos, geração de empregos e aumento da concorrência. Adicionalmente, o ministério concorda que o texto assegura o acesso não discriminatório às infraestrutu-

ras essenciais, além de estabelecer mecanismos de desverticalização da cadeia produtiva, e propõe nova forma de contratação de capacidade de transporte, que permite que a entrada e a saída de gás sejam contratadas independentemente uma da outra, entre outras mudanças importantes para o avanço do mercado de gás no país. A íntegra do documento está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.

Mercado de gás no Amazonas

A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC), com objetivo de trazer para essa os fundamentos basilares e norteadores do serviço de gás no estado, visando destravar as discussões sobre tema, uma vez que o Amazonas é um dos principais produtores brasileiros de gás. A PEC propõe a inclusão de dois parágrafos no art. 16 da constituição estadual, sendo eles: (i) cabe ao estado explorar os serviços de gás canalizado diretamente ou via concessão; e (ii) a construção de novos gasodutos deverá ter possibilidade de atender aos municípios por onde passam. Na justificativa da PEC, o deputado alega que é urgente a necessidade de regulamento do serviço de movimentação de gás canalizado no Amazonas, bem como a abertura do mercado para a livre concorrência, a fim de dinamizar o mercado, reduzir custos para os consumidores e estimular investimentos. Adicionalmente, vale ressaltar que foi mantido pelo legislativo o veto total ao PL 153/20, que quebrava o monopólio de gás no estado e dava novas regras



CURTAS

ao mercado livre de gás no Amazonas. A íntegra do documento está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.

Relatório de Mídia – Julho

Está disponível, na área restrita do site da Abraceel, o relatório de mídia de julho da associação. Durante o mês foram geradas 125 matérias na mídia em 87 veículos diferentes, com um valor estimado em R\$ 346.200,00, caso a mídia fosse paga. Ademais, fomos destaque em veículos de grande relevância, como: Valor Econômico, Uol, Jovem Pan (televisão) e Money Times.



Webinar Aneel – Segurança Cibernética

No dia 19.08, às 14h, a Aneel realizará um Webinar sobre Segurança Cibernética. O evento reunirá especialistas para discutir práticas,

perspectivas e desafios relacionados à segurança cibernética no setor público, em especial nos serviços de energia elétrica. Não é necessária inscrição e a transmissão será ao vivo no canal do Youtube da Agência. Para mais informações acesse: bit.ly/3iCVXGK.

Sazonalização de garantias físicas de usinas do MRE

No dia 11.08, a Diretoria da Aneel aprovou abertura da Consulta Pública 45, com o objetivo de aprimorar os critérios de sazonalização de garantia física de usinas hidrelétricas participantes do MRE. A Análise de Impacto Regulatório (AIR) disponibilizada para discussão na CP apresenta quatro alternativas para intervenção regulatória sobre o tema. Em breve será agendado uma videoconferência do Grupo Técnico da Abraceel para discutir a proposta. Os documentos disponibilizados para contribuição da sociedade podem ser acessados em: <https://bit.ly/3iGS5P>.

Chamada Pública do Gasbol será reiniciada

No dia 13.08, devido às dificuldades para finalização e assinatura dos contratos de suprimento de gás durante a pandemia da Covid-19, a Diretoria Colegiada da ANP aprovou o reinício da Chamada Pública para alocação de Capacidade 01R/20, para o gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). Logo, a divulgação do novo edital e das capacidades disponíveis será realizada no dia 21.08, e a inscrição e manifestação de interesse dos participantes devem ser realizadas entre os dias 24.08 e 28.08.



CURTAS

Grupo Técnico discute aprimoramentos no MVE e MCS D

No dia 13.08, o Grupo Técnico da Abraceel realizou call para discutir a Consulta Pública 42/2020 da Aneel, que busca aprovar os módulos do MCS D e MVE das Regras de Comercialização 2021. É proposta a implementação de redução de CCEAR por disponibilidade, como operacionalização do disposto no Leilão de Energia Existente A-2 de 2019, que incluiu essa possibilidade. Neste ponto, a Abraceel irá reforçar o posicionamento de seguir com as regras estabelecidas à época da realização leilões. Sobre os aprimoramentos do MVE, foi apontado que os múltiplos lances são essenciais para os comercializadores, mesmo com preço discriminatório. Será reforçada a necessidade de antecipar a discussão estrutural do MVE e a conclusão da CP 25/2019, que discute a definição de exposição voluntária e involuntária, que impacta no resultado tarifário do MVE, e consequentemente no interesse das distribuidoras no mecanismo. O Grupo Técnico irá enviar minuta de contribuição para sugestões dos associados em breve.

Pauta Aneel

Está na pauta da próxima reunião de diretoria da Aneel: (i) Proposta de abertura de Segunda Fase da CP 35/2020, sobre os impactos da COVID-19 no equilíbrio econômico e financeiro dos contratos das distribuidoras -

relatora: Elisa Bastos; (ii) Proposta de abertura de Consulta Pública para o aprimoramento das propostas, apresentadas pelo ONS, de alterações de evidente baixo impacto nos Procedimentos de Rede – Biênio 2020/2021 - relator: Sandoval Feitosa



PRÓXIMA SEMANA

17.08 – Segunda-feira: Diretoria Executiva realiza reunião individual com associados visando colher a percepção de todos sobre o trabalho da Abraceel e a perspectiva de evolução do nosso mercado, no âmbito do processo de planejamento estratégico, com as empresas Arcelor Mittal, Compass, Log, Matrix, Trader e Tradener.

Call do GT para discutir exportação: CPs nº 96 e 97 do MME, às 15h30.

18.08 – Terça-feira: Frederico Rodrigues e Alexandre Lopes participam de reunião do Fase, às 10h;

Dando continuidade às reuniões individuais de planejamento estratégico, a Diretoria Executiva se reúne com a associada Deal.

Abraceel e Ibope apresentam os resultados da sétima pesquisa sobre o que pensa e quer o brasileiro do Setor Elétrico em uma live com presença de jornalistas, via Zoom, às 10h.

19.08 – Quarta-feira: Votorantim e Zeta se reúnem com a Diretoria Executiva para discutir o planejamento estratégico;

20.08 – Quinta-feira: Yasmin Martins participa do Encontro Preço Horário, promovido pela CCEE, às 09h30;

Brookfield e Ecom se reúnem com a Diretoria Executiva para discutir o planejamento estratégico.

21.08 – Sexta-feira: Celer se reúne com a Diretoria Executiva para discutir o planejamento estratégico.

Em mais uma edição da “Sexta Livre”, a Abraceel se reúne com Roseane Santos, Conselheira da CCEE, para uma conversa sobre segurança de mercado, às 10h.